

31 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Impactos da política do descaso frente à pandemia de Covid-19 nos direitos de crianças e adolescentes

ANA CLÁUDIA CIFALI

GUILHERME LOBO FERRAZ PECORAL

No mês de julho, data em que se comemora o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), geralmente são realizados balanços sobre os avanços e retrocessos no que diz respeito à garantia dos direitos destas pessoas, as quais representam 1/3 da população brasileira. Neste ano, em que a pandemia de Covid-19 assola o mundo, não há o que comemorar, especialmente quando se olha para o Brasil, em que o Governo Federal protagoniza uma política de absoluto descaso com a vida e a saúde da população, impactando sobremaneira na garantia dos direitos e no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes[1].

Pesquisas recentes têm revelado os impactos graves e profundos que essa política deixará sobre o público infantojuvenil. Como desafios urgentes para a realização dos direitos previstos no ECA, em especial seus artigos 3º e 4º, destaca-se o combate à pobreza e à fome, as questões de saúde mental, o déficit educacional e a necessidade de atenção às crianças e adolescentes mais vulnerabilizados.

A realidade confirma tais argumentos no recente voto do Ministro Marco Aurélio Mello, que declarou o estado de coisas inconstitucional na condução das políticas públicas destinadas à realização dos direitos à vida e à saúde durante a pandemia de Covid-19 na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 822[2]. Verifica-se, também, uma relação direta entre a política do descaso no enfrentamento à pandemia e o retrocesso no âmbito da garantia de direitos das crianças e adolescentes no Brasil.

Em 2019, já registrava-se que 4 em cada 10 pessoas consideradas pobres eram crianças e adolescentes[3]. Com a pandemia, pesquisas indicam que houve um aumento da extrema pobreza, em especial a partir da redução do auxílio emergencial de 2021[4]. Estima-se que o Brasil poderá registrar até 61 milhões de pessoas na pobreza e 19,3 em extrema pobreza[5]. Importante ressaltar que a renda de famílias com crianças e adolescentes foi a que mais caiu, junto ao aumento da insegurança alimentar[6]. Com isso, somam-se aos chamados “órfãos da covid-19”[7] – as milhares de crianças e adolescentes que perderam algum responsável para a doença – outras inúmeras que permaneceram dramaticamente desamparadas, especialmente no que diz respeito a direitos como educação, alimentação e moradia adequadas[8], em razão da crise socioeconômica, do (necessário) isolamento social mas, principalmente, ante a ausência de um combate à pandemia pautado pelo dever constitucional da prioridade absoluta[9].

Neste aniversário do ECA, mais do que nunca é necessário estimular o exercício da responsabilidade compartilhada entre Estado, famílias e sociedade na garantia dos direitos dessa parcela da população, a fim de que se afirme a imprescindibilidade da consideração dos direitos fundamentais de toda criança e adolescente pelas autoridades públicas, inclusive nas decisões políticas e econômicas.

Outro desafio urgente que o último ano implicou para a realização dos direitos previstos no ECA refere-se às consequências do isolamento social, necessário para conter o avanço da Covid-19, mas que, em função da política de descaso no enfrentamento da crise sanitária, tem se prolongado e impactado a saúde física e emocional de inúmeras crianças e adolescentes brasileiros, bem como seu aprendizado e desenvolvimento integral.

Um aspecto alarmante nesse sentido é o aumento da violência doméstica. Segundo profissionais das redes de atendimento socioassistencial, a intensidade da convivência intrafamiliar durante a pandemia tem agravado sobremaneira a subnotificação destes casos. Isso porque, historicamente, a maioria das violações registradas ocorre na casa da vítima[10], e é no contato com atores externos (escola, serviços de saúde, assistência social etc.) que elas tendem a ser identificadas. Assim, a diminuição do registro de algumas ocorrências neste período representa menos uma redução de casos de violência e mais as dificuldades e obstáculos para denunciar a situação de abuso. Além disso, as chamadas do 190 aumentaram no primeiro semestre de 2020, contrariando a ideia de que as violências tenham diminuído[11].

Ainda, as próprias crianças e adolescentes têm apontado a saúde mental como uma de suas principais preocupações nesse período, havendo relatos de sofrimentos por ansiedade, uso exagerado de telas e redes sociais, cansaço constante, brigas frequentes dentro de casa, entre outros[12]. E este é um dos fatores que ajudam a compreender outra grave violação de direitos previstos no ECA no último ano: o déficit educacional.

Estudos indicam que o Brasil corre o risco de regredir mais de duas décadas no acesso de meninos e meninas à educação[13]. Os dados sobre evasão escolar na pandemia são alarmantes e revelam o acirramento das desigualdades educacionais, em que a população sem acesso ou com acesso precário à internet e a equipamentos eletrônicos está entre as mais atingidas. Em consonância com os dados apresentados, adolescentes que deixaram de estudar neste período apontam, justamente, como ações mais importantes para a retomada das atividades de ensino: oferta de apoio psicológico, vacinação da população, oferta de renda básica ou emergencial, políticas de bolsa de estudos, oferta de aulas sem necessidade de internet e atividades de autoconhecimento[14].

Destacamos, por fim, que a crise impacta de maneiras diferentes as múltiplas infâncias do país. Sabe-se, por exemplo, que a insegurança alimentar afeta predominantemente a população negra[15], e que crianças indígenas têm o dobro do risco de morrer de Covid-19 no Brasil[16]. Ou seja, quando se opera uma política de descaso com a vida, simbolizada pela morosidade do Plano Nacional de Vacinação e pela ausência de políticas públicas que incorporem a prioridade absoluta dos direitos de crianças e adolescentes, realiza-se uma escolha política: a de retrocesso e ameaça às conquistas desses 31 anos de ECA, afetando, majoritariamente e profundamente, as populações mais vulnerabilizadas dentro da desigual estrutura social brasileira.

Por tais motivos, este aniversário marca a necessidade de enfrentamento dos desafios colocados pelo contexto atual. Os caminhos já estão indicados pelas próprias crianças e adolescentes, que devem ter seu protagonismo cada vez mais garantido, na esteira da intensa mobilização social que, há mais de 30 anos, levou à conquista do ECA.

[1] A pesquisa "Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil", realizada pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário da Faculdade de Saúde Pública junto à Conectas Direitos Humanos, aponta a existência de uma estratégia institucional de propagação do Coronavírus, promovida pelo governo federal. Disponível em: . Acesso em: 14/07/2021.

[2] BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Plenário). ADPF 822. Minuta de voto. Requerente: Central Única dos Trabalhadores e outros. Intimado: Presidente da República. Relator: Min. Marco Aurélio Mello, 25/06/2021. Disponível em: . Acesso em: 14/07/2021.

[3] Valor Econômico. 4 em cada 10 pobres são adolescentes e crianças. 2021. Disponível em: . Acesso em: 20/07/2021.

[4] Segundo dados projetados pela FGV, com a redução do auxílio emergencial de 2021, a quantidade de brasileiros em extrema pobreza pode ter saltado de 4,52% (números sob o pagamento do auxílio de R\$ 600) para 12,83% até fevereiro, índice inclusive superior ao registrado no ano anterior à pandemia. G1. Número de brasileiros que vivem na extrema pobreza cresce com fim do auxílio emergencial. Disponível em: . Acesso em: 05/07/2021.

[5] Um estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da USP (Made-USP) estimou que, com a redução do auxílio, o Brasil poderá registrar 61 milhões de pessoas na pobreza e 19,3 em extrema pobreza. Made-USP. Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza. Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/04/NPE-010-VF.pdf>. Acesso em: 05/07/2021.

[6] UNICEF. Impactos primários e secundários da COVID-19 em crianças e adolescentes. Disponível em: . Acesso em: 05/07/2021.

[7] LUNETAS. Órfãos da pandemia: crianças que perderam os pais para a covid-19. Disponível em: . Acesso em: 30/06/2021.

[8] No que diz respeito à moradia, dados da Campanha Despejo Zero apontam que até junho de 2021 mais de 14.301 famílias foram removidas de suas casas durante a pandemia no Brasil, e mais de 84.092 estão sob ameaça de remoção. Disponível em: . Acesso em: 14/07/2021.

[9] "Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988. Brasília, 1988. Disponível em: . Acesso em: 14/07/2021.

[10] Estudos apontam que 52% das violências foram registradas na casa da vítima e em 58% dos casos o pai e a mãe aparecem nas denúncias como suspeitos das violações. Relatório Disque 100. 2019. Disponível em: . Acesso em: 14/07/2021.

[11] FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. São Paulo, 2020. Disponível em: .

[12] CONJUE. Juventudes e a Pandemia do Coronavírus – 2ª edição (2021). Disponível em: https://mk0atlasdasjuve5w21n.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2021/06/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210607.pdf. Acesso em: 30/06/2021.

[13] UNICEF. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação (abril 2021). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil>. Acesso em: 01/07/2021.

[14] CONJUE. Juventudes e a Pandemia do Coronavírus – 2ª edição (2021). Disponível em: https://mk0atlasdasjuve5w21n.kinstacdn.com/wp-content/uploads/2021/06/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210607.pdf. Acesso em: 01/07/2021.

[15] Registra-se que 74% dos domicílios com a chamada Insegurança Alimentar Grave têm como referência uma pessoa negra. INESC. Um passo à frente, dez passos para trás – a volta da fome.

Disponível em: . Acesso em 14/07/2021.

[16] Brasil de Fato. Crianças indígenas têm o dobro de risco de morrer de covid-19 no Brasil. 28/06/2021. Disponível em: . Acesso em: 14/07/2021.

ANA CLÁUDIA CIFALI – Advogada do Programa Prioridade Absoluta do Instituto Alana.

GUILHERME LOBO FERRAZ PECORAL – Acadêmico de Direito na Universidade de São Paulo (USP), estagiário do Instituto Alana e pesquisador do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade FAU/USP).